

## Migração e trabalho no Brasil recente\*

Renata Couto Moreira  
Mauricio de Souza Sabadini<sup>1</sup>

*“(...) seguiu sem mulher, nem filho  
Ó brilho cruel do trilho  
Do trem que sai do sertão  
Acreditou no sonho  
Da cidade grande  
E enfim se mandou um dia  
E vindo, viu e perdeu (...)  
Com fé em Deus, um dia  
Faz algum dinheiro  
Pra voltar pro norte”*

(Belchior/Jorge Mello, *Notícia da terra civilizada*)

### Resumo

Este artigo investiga recentes tendências da migração no Brasil, sobretudo no que se refere às características geográficas e do trabalho dos migrantes brasileiros. As primeiras mudanças se evidenciaram principalmente nos estados que tradicionalmente exerciam efeitos de atração e de expulsão de trabalhadores, em conformidade com a estratégia capitalista de busca de novos espaços de acumulação. Ainda constatou-se a inserção de forma precarizada das pessoas de referência da família e seus cônjuges migrantes brasileiros no mercado de trabalho nacional, com alterações tanto nos setores de atividade em que estavam predominantemente inseridos, como nos aspectos associados à segmentação espacial deste mercado.

### Abstract

This article investigates recent trends of migration in Brazil, especially in regard to the geographical characteristics and the work of Brazilian migrants. The first changes have become apparent mainly in the states that traditionally exercised attractive and expulsion effects on workers, in accordance with the capitalist strategy of finding new spaces of accumulation. Also was found the precarious insertion of the family reference persons and their spouses of Brazilian migrants in the national labor market, with alterations both in the activity sectors where they were predominantly inserted, as in the aspects associated with spatial segmentation of this market.

**Palavras-chave:** migração, trabalho, precarização

**Key-words:** migration, labor, precariousness

**JEL:** R23, J21

*XVI Encontro Nacional de Economia Política*

*Local: Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)*

*Dias: 21 a 24 junho 2011*

*Área temática: 7.1- Mundo do trabalho*

### Introdução

Entendido inicialmente como um processo de deslocamento de pessoas entre regiões, estados, países ou cidades, a migração é um fenômeno que faz parte da própria história da

---

<sup>1</sup> Professores do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Endereços eletrônicos: [renata.moreira@ufes.br](mailto:renata.moreira@ufes.br) e [mauricio.sabadini@ufes.br](mailto:mauricio.sabadini@ufes.br)

\*Agradecimentos ao apoio financeiro do CNPq via Edital Universal/2009

humanidade, adquirindo contornos diferenciados ao longo do tempo e do espaço, bem como a partir das mutações verificadas no sistema econômico.

Muitas vezes tratada como uma forma natural de ajuste do mercado de trabalho em busca do equilíbrio salarial e da oferta e demanda de trabalho, a migração para nós faz parte da dinâmica da acumulação capitalista, onde a força de trabalho, como mercadoria especial, única com capacidade de produzir riqueza, se desloca temporalmente e espacialmente na busca por sobrevivência ou melhores condições de trabalho. Neste sentido, o capital, num constante processo de valorização do valor, demanda e reproduz a mercadoria que também garante a sua sobrevivência, a força de trabalho. Esta, por sua vez, torna-se, em princípio, dependente da dinâmica transformadora do capital.

O movimento espacial da migração também marcou profundamente o Brasil, sobretudo em função de sua extensa dimensão territorial bem como de suas fortes desigualdades sócio-econômicas. A constituição da formação econômica do país e seu processo de desigualdade regional induziram os migrantes à busca por “melhores dias” em diferentes regiões e estados da federação.

A literatura sobre o tema indica vários determinantes dos fluxos migratórios tais como o desemprego, a renda esperada, a atratividade local, as desigualdades regionais, a pobreza, a criminalidade, as condições naturais, fatores subjetivos e culturais, dentre outras. Independente dessas, a migração, muitas vezes posta como “condição natural do homem”, é reflexo das transformações vividas pela própria sociedade ao longo dos séculos. Observamos isso com a constante modificação do caráter migratório inter e intra-regional no Brasil destacando, por exemplo, o deslocamento do processo migratório rural-urbano para urbano-urbano.

De todas as formas, como diz Alfredo (2010), “migrar, entretanto, é estar à disposição para efetivar a relação capital-trabalho, ou melhor, a contradição capital-trabalho”. Se por um lado ela aparece como afirmação do trabalho, por outro ela pode representar a crise do trabalho. A migração sofre também os efeitos da própria reestruturação do capital, personificada nas configurações atuais do mundo do trabalho. As mudanças verificadas nas últimas décadas do capitalismo contemporâneo provocaram efeitos diretos na esfera do trabalho, sobretudo a partir da flexibilização e liberalização econômica, alterando a forma de inserção dos trabalhadores no processo produtivo.

Ao mesmo tempo notamos a diminuição de postos de trabalho nos setores produtivos de alta tecnologia, novas estratégias de produção flexibilizada - que para muitos vem induzindo a realocação de várias plantas industriais no interior do país -, um intenso processo de

terceirização de empresas, aumento no tempo de trabalho parcial, dentre inúmeros outros, configurando algumas das características atuais do mercado de trabalho brasileiro. Diante disso, cabe perguntar: quais são as características da migração interna no Brasil, tendo como objeto o deslocamento dos trabalhadores inter e intra-regiões administrativas do país? Qual a origem e destino destes migrantes? Qual a renda média desses trabalhadores? Em quais setores da atividade econômica encontram-se ocupados? Qual a sua posição na ocupação? Qual a média de horas de trabalho, de estudo e de anos no trabalho principal? Deve-se destacar que a principal preocupação ao responder essas questões é caracterizar as condições de trabalho dos migrantes brasileiros ao longo das últimas décadas, anos em que a economia brasileira passou por um significativo processo de mudanças internas, principalmente com a implantação das políticas de liberalização econômica.

Expostos estes elementos, o principal objetivo aqui é o de mostrar algumas tendências que marcaram a trajetória dos migrantes brasileiros no período recente da economia nacional, sobretudo no que se refere às características geográficas e do trabalho. Para alcançar este objetivo, tomamos como referência os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos anos de 1996, 2002 e 2009.

A justificativa do trabalho reside, principalmente, na necessidade de compreender a dinâmica espacial da migração recente no país, bem como a forma de inserção dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho brasileiro. Isso significa dizer que a partir das migrações podemos observar, de uma maneira ou de outra, algumas transformações recentes do capital e do trabalho, expressando transformações estruturais e conjunturais da esfera política, econômica e social do país.

Além disso, e levando em consideração a dimensão territorial do Brasil, o tema migração acompanha o dinamismo e o imobilismo de certas regiões e estados da federação em função da dinâmica criadora e destruidora do capital. Não menos importante, tal tema trás em si também aspectos que envolvem questões para além do econômico, e que fogem ao escopo de análise deste trabalho, como manifestações recentes contrárias a entrada de migrantes no estado de São Paulo, sobretudo nordestinos, ao considerá-los “migrantes predatórios” que visam destruir a identidade cultural da região, onerando também os cofres públicos<sup>2</sup>. Ou seja, um tema polêmico e não menos complexo.

---

<sup>2</sup> Para maiores detalhes, ver: “*Manifesto São Paulo para os paulistas (2010)*”. Disponível em: <http://tudoporsaopaulo2010.blogspot.com/>. Acessado em: 28/02/2011.

Finalmente, este trabalho pretende ser um “primeiro olhar” sobre esses trabalhadores, com a intenção de se desdobrar em outros com no intuito de melhor caracterizar a migração e o trabalho no Brasil.

### **Interpretações teóricas da migração**

As abordagens teóricas utilizadas para a compreensão dos movimentos migratórios são entendidas a partir das vertentes teóricas recorrentemente utilizadas nas ciências sociais, em particular na economia. Uma primeira, seguindo a trajetória tradicional do pensamento econômico ortodoxo, de caráter neoclássico, analisa a migração a partir da perspectiva individual, onde o migrante, sendo um indivíduo racional e maximizador de utilidades, procura a melhor relação custo-benefício de seu deslocamento levando em consideração a origem e o destino escolhido. A tendência, portanto, no mercado da informação perfeita e da livre mobilidade dos fatores de produção, é a de que o migrante procure as regiões onde há escassez do trabalho e salários atrativos, revelando ser um fator determinante na decisão de migrar. Os desequilíbrios dos fatores de produção (terra, capital e trabalho) são, então, determinantes na mobilidade geográfica dos trabalhadores.

Já na chamada vertente histórico-estrutural, a migração ocorre com a modernização da sociedade e do conseqüente movimento para os centros urbanos, estimulados, sobretudo, pelo processo de industrialização e urbanização. Em Singer (1985), por exemplo, encontramos uma associação direta da migração com o processo de industrialização e com o quadro histórico-institucional, que tende a mudar a composição técnica da produção e também provocar profundas mudanças na divisão social do trabalho com rebatimentos na estrutura social e nas classes sociais<sup>3</sup>; a atração populacional e a redistribuição espacial da população nas aglomerações urbano-industriais tornam-se, então, inevitáveis, já que há a procura pelos serviços e economias externas advindas das aglomerações urbanas.

Associam-se a isso, fatores como as desigualdades regionais que, segundo o referido autor, “pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas” (*ibid*, p. 37). Finalmente, destaca também que no processo social da migração, a motivação econômica, representada pela procura de trabalho e pela melhora nas condições de vida, e o acompanhamento conjugal são as principais causas da migração interna. A visão histórico-estrutural rompe, portanto, com o caráter a-histórico

---

<sup>3</sup> “Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo” (Singer, 1985: 52).

das análises ortodoxas, tratando a migração como processo social, envolvendo necessariamente grupos sociais e não apenas indivíduos com decisões maximizadoras.

Outra interpretação procura agregar elementos microeconômicos da primeira versão aqui citada com os da segunda, mas sob uma perspectiva domiciliar. Nessa, as decisões são tomadas por grupos de pessoas que “agem coletivamente para maximizar a renda esperada, minimizar os riscos e superar as dificuldades associadas às imperfeições do mercado” (Muniz, 2002: 06). Apesar de flexibilizarem, ou tentarem pelo menos, alguns dos pressupostos das interpretações anteriores, mantém em sua essência a base de suas análises.

A visão culturalista, onde os valores são predominantes para o entendimento das relações sociais, ou as interpretações que buscam o entendimento dos efeitos psicológicos e comportamentais sobre os migrantes que “trocam” seu lugar de origem, sua cultura, sua identidade, por outro local de moradia, são outras possíveis interpretações que tratam do fluxo migratório. Marandolla Jr e Dal Gallo (2010), por exemplo, associam a migração do ponto de vista territorial e existencial, demonstrando as transformações nas referências espaciais, sócio-culturais, de identidade, que sofrem cada indivíduo ao migrar de um local para outro.

As análises feitas por essas interpretações têm uma relação muitas vezes longínqua com o que acreditamos ser fundamental para o objeto em estudo, qual seja: a totalidade do processo de acumulação. Apesar de considerarmos que as transformações culturais, de hábitos, de identidade, dentre outras, são importantes a serem estudadas já que fazem parte das transformações no indivíduo migrante, nossa proposta aqui é outra.

Mesmo com as considerações da análise histórico-estrutural que são, diferentemente da versão neoclássica, relevantes para a compreensão da dinâmica da migração, acreditamos, contudo, que são de certa forma limitadas para se buscar a essência do movimento que subjuga, determina, e utiliza, em primeira instância, o fluxo migratório para os ensejos do capital<sup>4</sup>. Para isso, é preciso remontar com maior profundidade as análises da teoria marxista, partindo da compreensão dos movimentos do capital concretizados na lei geral da acumulação capitalista, que impõem controles sobre a força de trabalho e determinam espaços de concentração e centralização da riqueza. É disso que trataremos agora.

---

<sup>4</sup> Fluxos migratórios entendidos “enquanto correntes populacionais que se deslocam de uma área configurada como de expulsão (em geral rural ou pouco urbanizada) para uma área de atração (uma grande cidade ou metrópole)”. Para esses e outros conceitos, ver: Barcellos (1995: 298).

## **Acumulação de capital, espaço e a dinâmica da migração**

Diferente da maior parte dos trabalhos que tratam do tema migração apresentamos aqui uma perspectiva da crítica da economia política para entender os fenômenos da relação capital-trabalho, tendo como suporte metodológico a compreensão da essência do capitalismo e de suas transformações à procura de novas formas de acumulação.

Em seus célebres capítulos sobre a acumulação primitiva e a de capital, Marx (1984: 191) afirma que a “produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção”, onde a constante busca pela criação de riqueza faz parte da natureza e da essência do sistema, que tem na mercadoria força de trabalho, a única pertencente ao trabalhador, a origem do valor.

Separada historicamente como mercadoria especial, num longo processo histórico de violência física e exclusão, a força de trabalho exerce sua centralidade na criação de riqueza. Esta, por sua vez, é absorvida pelo capital, restando aos trabalhadores o recebimento de salários para a sua sobrevivência, já que aos mesmos não resta outra opção pois foram banidos do acesso aos meios de produção. Assim, “o processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre a força de trabalho e condições de trabalho (...) Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista” (*ibid*, p. 161).

Logo mais a frente, aperfeiçoando o “conceito” anterior, Marx (1984) afirma: “aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital” (*ibid*, p. 163). “A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, (...) constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (*ibid*, p. 188).

Chamemos atenção para as duas afirmações feitas por Marx nos parágrafos anteriores e grifadas por nós. Observemos que ele já sugeria que a mercadoria força de trabalho, como mercadoria especial, já surgia no processo histórico de construção capitalista desempenhando, dialeticamente, papel principal e secundário no esquema de reprodução do capital. Principal, pois como indicado, tem a função central de geração de valor; secundário, pois subordinada aos desígnios do capital, estando dependente da dinâmica de crescimento, e também das crises, que o próprio processo de acumulação produz e reproduz. Trabalho e Capital fazem parte, portanto, de uma única totalidade, que se atraem e se opõem, mas com uma característica importante para os nossos propósitos: se a acumulação de capital é a

multiplicação da força de trabalho, ela ao mesmo tempo impõe, designa, determina os movimentos do trabalho na reprodução capitalista.

Isso não significa dizer que o trabalho, como categoria “dominada” pelo capital, não possua capacidade de se articular para, se não impedir no curto-prazo, resistir ao processo de acumulação e de exploração. A mercadoria força de trabalho não é passiva. Compreensões como essa se revelam da mais profunda natureza anti-dialética, portanto, antimarxista. Este seguramente não é o caso aqui. As greves, as resistências de diversos movimentos sociais mostram isso. Apenas pretende-se indicar que o longo processo histórico de acumulação, e posterior concentração e centralização do capital, “(...) se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho (Marx, 1984: 196) (grifo nosso).

Nesse íterim de utilização da força de trabalho como mercadoria especial, a lógica do capital também influencia e provoca transformações regionais e espaciais, onde “o advento e a evolução do capitalismo determinara um processo permanente de redistribuição das atividades econômicas no espaço” (Lemos, 1988: 218), provocando mudanças como a centralização urbana que caminha lado a lado com o processo de concentração, bem como o desenvolvimento desigual inter-regional com concentração em regiões polarizadoras. O espaço, neste sentido, também está submetido aos desígnios do capital, já que sob a lógica da produção de mercadorias e voltado para a reprodução das relações mercantis.

Como a dinâmica integradora e desintegradora do capital induz também uma constante redistribuição espacial das atividades econômicas nos espaços vislumbrados pelas novas possibilidades de acumulação, ela provoca repercussões diretas nos movimentos migratórios. De fato, há uma constante reconfiguração dos espaços de acumulação que se alteram constantemente no tempo e no espaço, mesmo que, historicamente, esses *locus* de acumulação estejam centralizados em determinadas regiões e unidades federativas, como é o caso no Brasil. Nada impede, naturalmente, que as possibilidades de expansão do capital avancem para outros espaços que porventura ofereçam novas oportunidades de acumulação. E é isso que observamos constantemente nos deslocamentos e criação de unidades produtivas e na própria migração que, historicamente, muda algumas de suas características, variando conforme a demanda do capital.

O movimento de acumulação por si só é contraditório, imperfeito e naturalmente desarmônico. A inércia do equilíbrio espacial também não caracteriza a essência do capital. Como diz Harvey (2005: 145-146), “as relações espaciais estão, desse modo, sujeitas à transformação contínua”, onde as crises são inerentes à estrutura do capital, e

*“a coerência regional estruturada, (...) tende a ser solapada por poderosas forças de acumulação e superacumulação, de mudança tecnológica e de luta de classes. (...) a consequência só pode ser a instabilidade crônica em relação às configurações regionais e espaciais; dentro da geografia da acumulação, uma tensão entre as estruturas espaciais imobilizadas necessárias para tal propósito. (...) O desenvolvimento capitalista de buscar uma solução de continuidade entre a preservação dos valores dos compromissos passados ou a sua desvalorização, para abrir espaço novo para a acumulação” (ibid, p.150).*

Assim, a acumulação e a própria expansão capitalista podem redirecionar o capital, forçando o deslocamento para outros lugares, num processo de destruição e criação, expressando uma lógica contínua onde o capitalismo “se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas” (*ibid*, p. 150). É neste sentido que Harvey considera, como indicamos anteriormente, que as políticas de migração fazem parte da própria formação e solução das crises, que também assume um “ajuste espacial” inevitável, muitas vezes desagregador.

Acredita-se neste trabalho que é nesta lógica aqui brevemente apresentada que a migração aparece desempenhando sua funcionalidade e provocando efeitos, positivos e negativos, no espaço capitalista de produção. A dinâmica da migração surge como uma forma social advinda do capital, e é neste sentido que devemos compreendê-la, se quisermos ultrapassar as barreiras da aparência e desvendarmos a essência de sua existência. Quer seja uma migração cíclica, não-cíclica, temporária, definitiva, rural-urbana, urbano-urbano, todas naturalmente com suas próprias particularidades, seus movimentos são determinados pela natureza centralizadora do capital, que se utiliza do valor de uso da força de trabalho para gerar riqueza.

Assim, a lógica da acumulação capitalista subordina as relações sociais de produção de acordo com seus objetivos, provocando um processo de integração e desintegração, estruturação e desestruturação das relações capital-trabalho e de seu entorno. Dialeticamente, estrutura, por um lado, espaços de acumulação e, ao mesmo tempo, gera outros desestruturados e periféricos. Paralelamente, surgem os exércitos industriais de reserva e ativos, onde as fileiras dos desempregados, dos trabalhadores informais, o



*lumpemproletariado* e os trabalhadores migrantes exercem suas funcionalidades na reprodução capitalista. E é neste ínterim que, a nosso ver, deve ser entendido o processo de migração.

### **Um esboço do debate sobre a migração no Brasil**

Há na literatura especializada diversas indicações sobre mudanças históricas verificadas no processo migratório no Brasil. Naturalmente, pela própria quantidade das informações existentes, não se tem aqui o objetivo de apresentá-las exaustivamente, mas apenas pontuá-las. Senão vejamos.

Entre os anos 1940-1960, em que pese à dificuldade das informações estatísticas, os dados mostravam uma grande concentração do fluxo migratório nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, 49% e 38%, respectivamente. As regiões de fronteiras agrícolas, como Paraná e o Centro-Oeste, também apresentaram dinamismo na atração de força de trabalho. De fato, com destino para estados mais urbanizados, os migrantes se deslocavam principalmente dos “dois grandes reservatórios de força de trabalho” do país, Minas Gerais e o Nordeste, para as regiões que demonstravam dinamismo no processo de urbanização brasileiro. Na década de 1950, a título de ilustração, 83% tiveram como destino os estados e região acima, enquanto 70% foram originários de Minas Gerais e da região Nordeste (Brito, 2000).

Era a constituição do capitalismo, sobretudo industrial, em determinados espaços locais, representados principalmente pelos estados da região Sudeste e Sul, restando ao migrante dos estados periféricos “tentar a sorte” nos espaços dinâmicos da acumulação capitalista. Nota-se, então, que até os anos 1970 o debate sobre migração envolvia o êxodo rural e a dicotomia modernização agrícola x industrialização/marginalidade, acompanhando as então transformações capitalistas industrializantes da época.

Já a partir dos anos 1970, algumas transformações começaram a ser sentidas nas características do fluxo migratório nacional. “O sudeste que chegava a ter um movimento migratório que envolvia 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991” (Baeninger, 2008: 1). O “padrão migratório” de Brito (2000), formado pelas trajetórias migratórias associadas ao contexto histórico das mudanças da economia e da sociedade, também mudava. O Rio de Janeiro perdia a condição de capital do país e Brasília passou a ser um centro atrativo dos trabalhadores migrantes, enquanto isso São Paulo mantinha sua hegemonia com a participação de 31% no total dos migrantes interestaduais. Nas regiões agrícolas houve um aumento no número de migrantes para a região Centro-Oeste e para a região Norte, em função das novas fronteiras agrícolas de

ocupação e acumulação. Quanto à origem dos migrantes, o Nordeste permaneceu como exportador de força de trabalho, enquanto que Minas Gerais diminuiu em quase 40% os emigrantes devido, por exemplo, ao seu forte processo de industrialização (Brito, 2000: 13-14).

A histórica migração rural-urbana que tradicionalmente se verificou na economia nacional no período da industrialização pesada, gradativamente dava lugar a um processo, se não mudado em sua essência, diferente em sua forma. Já era a década de 1980, com as características próprias de um capitalismo mundial em crise, que chegava à economia brasileira. Neste momento, já presenciávamos um processo de industrialização mais maduro e a presença de uma realidade predominantemente urbana em determinadas regiões do país. Ou seja, no lugar do deslocamento rural-urbano que caracterizou a economia nacional “constata-se o predomínio dos fluxos de sentido urbano-urbano e uma redução do êxodo rural, com uma perspectiva de crescimento das cidades de porte médio. O crescimento da agroindústria, a urbanização das novas fronteiras, os grandes projetos voltados para os recursos naturais criaram, no país, alternativas distintas frente à situação das grandes metrópoles” (Barcellos, 1995: 305).

Ao mesmo tempo, a configuração histórico-econômica do capitalismo mundial e brasileiro já dava sinais de esgotamento nos anos 1980, quando comparado ao período de crescimento econômico verificado no “milagre econômico” (1968-1973) com taxas médias de crescimento do PIB em torno de 11,1% a.a. Era o início de um longo período de baixo e instável crescimento econômico, com altas taxas de desemprego, crescente informalidade e grande precarização da força de trabalho que certamente afetaram o padrão migratório.

Entre 1980-1991, o número de migrantes para a São Paulo diminuiu muito pouco em relação à década de 1970, porém constatou-se um movimento diferenciado: a saída dos migrantes deste estado aumentou quase 50%, sendo “o estado que mais recebe população e o que mais expulsa”, mostrando “a grande migração de retorno para os grandes reservatórios de força de trabalho”, no caso Minas Gerais e a região Nordeste (Brito, 2000: 21). Os 35% dos migrantes que saíram de São Paulo tinham como destino o Nordeste e 20% a Minas Gerais, historicamente dois dos principais centros ofertantes de força de trabalho no país. A região Metropolitana de São Paulo passou a reter um número menor de migrantes, mesmo ainda sendo a principal entrada dos migrantes paulistas, mas dividindo a participação com outras áreas do interior do estado e do próprio país, mostrando uma nova característica: “crescimento de sua emigração, marcada, em especial, pelo retorno das pessoas aos seus estados de

nascimento” (Cunha e Dedecca, 2000: 98). Finalmente, os anos 1990 também se caracterizaram por um fluxo migratório de menor distância entre origem e destino.

Algumas indicações aparecem na literatura para justificar esses movimentos. Inicialmente, sugere a existência de um processo de descentralização da atividade produtiva, provocando um efeito de desconcentração regional, o que não implica dizer redução das desigualdades regionais. Alia-se a isso o maior acesso às informações que demonstram a existência de certas “deseconomias de escala e de aglomeração” nos grandes centros urbanos, advindas da falta de oportunidades de trabalho, da violência urbana, das maiores exigências de inserção no mercado de trabalho, das frágeis políticas públicas, dentre outras, que funcionam como contra-tendência ao estímulo migratório para as grandes metrópoles.

Segundo Baeninger (2008), a tendência da migração interestadual no país diminuiu seu volume saindo de 5,2 milhões entre 1995-2000 para 4,6 milhões entre 1999-2004 e 4,4 milhões entre 2001-2006. A mesma autora afirma que o processo de migração a partir de 2000 apresentou novos contornos em relação às décadas anteriores, pois “nota-se que o país vivencia uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de rotatividade migratória, (...) já não há mais estados de grande retenção migratória e nem de elevada perda migratória” (*ibid*, p. 13); o contexto é, segundo a mesma, de redefinição de áreas de retenção e perdas migratórias, “assim, as migrações no início dos 2000 redefinem seus pólos, configurando-se muito mais áreas de retenção da migração do que uma tendência polarizadora de longa permanência” (*ibid*, p. 19). Resume, afirmando que a redefinição do processo migratório nos anos 2000 assume duas dimensões: a reversibilidade dos fluxos migratórios, caracterizada pelas oscilações nos volumes de emigração e imigração, e a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas (*ibid*, p. 15).

Mas aqui devemos recordar o que insistimos ao longo deste trabalho: independente do diferencial histórico do fluxo migratório entre as regiões brasileiras, dada pela formação econômica e social da economia nacional, e mesmo na atual conjuntura que identifica alguns elementos diferenciados, queremos aqui destacar que o processo de atração x repulsão de migrantes entre estados, entre as regiões do país, faz parte de uma lógica inerente e determinada pela expansão do capital que exerce poder sob o trabalho na sua reconfiguração econômica e espacial. Isso significa dizer que as alterações nos fluxos de entrada e saída das localidades podem mudar, como é de fato constatado pelos autores, e que esse movimento persistirá enquanto processo dinâmico das migrações internas.

Saber se São Paulo atraiu mais ou menos nas últimas décadas é, evidentemente, importante em vários aspectos como para a elaboração de políticas públicas locais, ou para a

compreensão e debate acerca da concentração e desconcentração regional e urbana do país. Mas, estamos querendo chamar a atenção para o fato de que esses movimentos são determinados pela forma como o capital busca meios de novos espaços de acumulação e concentração. Se o interior paulista, a região central, ou o sul do país atraíram uma proporção maior de imigrantes nos últimos anos, por exemplo, isso se deu em função de uma possível maior dinamização da estrutura produtiva de cada região ou estado, associado às desigualdades regionais existentes no Brasil.

Esse padrão migratório tem origem e destino na própria fórmula de acumulação do ciclo do capital ( $D - M - D'$ ). Se há um retorno, uma migração para Minas Gerais, tradicional exportadora de força de trabalho, é porque novos espaços de acumulação devem estar surgindo em determinadas áreas do estado mineiro, ou refletindo sua proximidade com o principal centro de acumulação, São Paulo. Como afirma Carvalho e Brito (2006: 14-15), “não se pode desconhecer que estão ocorrendo mudanças sociais e econômicas nos estados de nascimento que, provavelmente, estejam atraindo os retornados. Como, por exemplo, em Minas, o desenvolvimento industrial e da agropecuária no Triângulo e Sul; no Nordeste, o rápido crescimento das atividades ligadas ao turismo, a transferência de plantas industriais antes localizadas no Centro-Sul, e a ocupação, pela agricultura e pecuária modernas, do cerrado do Piauí”.

De fato, esses movimentos são inerentes a estrutura de transformação, de atração e repulsão dada pelo capital, de novos movimentos de acumulação que fazem parte da estrutura capitalista, de novos espaços de acumulação que afetam, de acordo com a conjuntura e estrutura mundial e nacional, os vários estados e regiões de forma homogênea e diferenciada ao mesmo tempo, interferindo, conseqüentemente, na dinâmica da migração no país. Em algumas regiões do país, como a região Centro-Oeste e o Norte, o processo de expansão da agroindústria, aos moldes de uma produção capitalista mais desenvolvida, tem também ajudado para, se não manter, frear o fluxo migratório inter-regional. Apesar de possuir uma composição orgânica do capital elevada, a agroindústria tem provocado efeitos sobre pequenos núcleos urbanos no interior do país.

A própria reestruturação produtiva, mesmo reduzindo a oferta de trabalho, pode, em determinadas partes do interior do país, contribuir para a retenção de trabalhadores a partir das terceirizações de pequenas empresas e contratações temporárias, facilitando a expansão industrial para além das grandes metrópoles. O debate sugere que este processo tem caracterizado uma desconcentração industrial no país. Mesmo que esse processo não esteja consolidado, pode, em princípio, estar utilizando de vários mecanismos de incentivos fiscais

fornecidos pelos estados e municípios, de força de trabalho mais barata e desarticulada em termos de representação sindical, ampliando a precarização do trabalho, aproveitando-se também das maiores facilidades de transporte e comunicação existentes na atualidade.

Portanto, o crescimento do capital industrial e agroindustrial pode estar contribuindo para um maior dinamismo em áreas do interior, em núcleos urbanos médios, aproveitando-se da força de trabalho que vive nas áreas rurais próximas, além dos próprios pequenos agricultores. Esse processo aumenta a diversidade da migração, com os movimentos de retorno, de curta distância, associados à crise nas grandes cidades com reduzida oferta de postos de trabalho, baixa qualidade dos serviços públicos, aumento nas atividades terciárias que demandam trabalhadores mais qualificados, em que pese o debate do que afinal trata-se a qualificação profissional, “invertendo, de certo modo, a tendência direcional “clássica” dos fluxos migratórios” (Barcellos, 1995: 305).

Finalmente, e bem sintetizado por Baeninger (2008: 02), o fato é que “ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos”. E ao observarmos as tendências desse processo social, o que notamos é que os espaços de acumulação do capital reproduzem novos mecanismos de geração de riqueza, ora explorando as condições naturais, ora se aproveitando de novas fronteiras de acumulação dadas por vários mecanismos, quer sejam institucionais via Estado capitalista, ou pelas próprias características geográficas da localidade. E é por isso que a migração sofreu e vem sofrendo alterações sistêmicas ao longo do tempo na economia brasileira.

### **Tratamento dos dados**

Neste trabalho foram usadas como base de dados as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), nos anos de 1996, 2002 e 2009, atentando ao período pós-consolidação do plano Real e das políticas econômicas liberalizantes no Brasil. Este foi marcado pela estabilização inflacionária, abertura econômica, reestruturação financeira, mudança no papel do Estado e adoção do receituário macroeconômico definido em 1989 no Consenso de Washington.

Embora esta base forneça informações importantes, ressaltam-se algumas limitações que precisam ser levadas em consideração na análise dos resultados. A sub-declaração dos rendimentos mais elevados assim como aspectos ligados à metodologia de coleta de dados

podem levar a uma sub-estimativa da renda total declarada pelos indivíduos entrevistados. Por ter como base uma semana específica de referência não permite que se capte a variabilidade das atividades ao longo do ano. É uma série de cortes transversais que contêm um mesmo conjunto de informações, sendo possível inferir sobre a proporção de trabalhadores com o mesmo conjunto de atributos e características em diferentes momentos de tempo, mas não acompanham o mesmo grupo de indivíduos ao longo do tempo, tratando-se, portanto, de pseudo-painéis. Além disso, as PNAD são compostas por informações obtidas por amostragem complexa de dados, envolvendo estratificação e conglomeração em um, dois ou três estágios de seleção, além de ajustes de pesos amostrais para calibração.

Por fim, neste artigo foi objeto de estudo o movimento migratório, a seleção das pessoas de referência da família e seus cônjuges que não nasceram na unidade da federação em que residiam na semana de referência da pesquisa. Trata-se, portanto, de variáveis de estoque, cujas taxas de variações entre os anos abordados podem ser consideradas aproximações razoáveis para as discrepâncias nos fluxos de migrantes nas unidades federativas e nas regiões administrativas do país, como bem discutido por Cunha e Dedecca (2000), que além deste destacam ainda outros dois aspectos centrais sobre o assunto. O primeiro diz respeito à necessidade de cautela ao tratar a migração com dados absolutos, desde que o montante de pessoas que migram de certa unidade geográfica ser dependente do seu estoque populacional, sugerindo esta necessária ponderação assim como com relação às diferenças nos rendimentos que devem ser ponderados pelos distintos custos de vida. O segundo trata de que “(...) os dados só conseguem informar sobre os migrantes “sobreviventes”, aqueles que não tinham reemigrado ou emigrado” (*ibid*, p. 108), apresentando outra imprecisão para estimar o volume da migração.

A população analisada, portanto, somou um montante de 16.710.270 migrantes no ano de 1996, obtida a partir da expansão de uma amostra com 34.023 observações, 20.226.488 para o ano de 2002, com uma amostragem de 44.094 observações, e 22.867.410 migrantes para uma amostra de 46.629 pessoas em 2009. Nota-se uma tendência crescente ao longo destes anos, apesar da cautela necessária devido às considerações já realizadas, principalmente em relação ao aumento populacional.

## Migrações recentes no Brasil: aspectos geográficos e do trabalho

### *Aspectos geográficos*

Atentando aos imigrantes que se declararam como pessoas de referência ou cônjuges em cada região administrativa do país, a Tabela 1 esboça a distribuição espacial dos mesmos em termos relativos ao total do volume de imigrantes no país.

**Tabela 1- Imigrantes por região administrativa em que residem\* (em %)**

	1996	2002	2009
Sul	12,8	11,6	11,4
Sudeste	53,6	52,2	49,4
Norte	7,0	8,4	11,2
Nordeste	11,0	11,8	11,5
Centro-Oeste	15,4	15,8	16,3
Total	99,8	99,8	99,8

Fonte: microdados da PNAD. Nossa elaboração. \*Apenas pessoas de referência e seus cônjuges.

Percebe-se que a região Sudeste, embora continue concentrando a maior proporção (cerca de 50%), como na dinâmica histórica descrita, apresenta uma tendência de queda em sua participação, revelando o movimento de reorganização espacial do capital neste período e evidenciando a redução relativa de seu poder de atração. São Paulo continua, no entanto, liderando esta distribuição de forma discrepante, concentrando em termos percentuais de todos os imigrantes do país, 36%, 35,4% e 33,9% para os anos de 1996, 2002 e 2009, respectivamente. Estes valores são bem inferiores aos 49%, média deste estado entre os anos de 1940-1960 apresentados por Brito (2000), período mais intenso de fluxo migratório. No Sul, esta queda também já pode ser percebida nos dados, enquanto que há indícios de que estes fluxos passam a se deslocar com maior intensidade para as regiões Centro-Oeste e Norte, associadas à expansão da fronteira agrícola e da agroindústria, aos moldes de uma produção capitalista mais desenvolvida. O Nordeste também traz evidências de pequeno aumento da imigração entre 1996 e 2002, e 1996 e 2009, com leve redução entre 2002 e 2009, coerente com o rápido crescimento referenciado das atividades ligadas ao turismo, a transferência de plantas industriais antes localizadas no Centro-Sul, entre outros fenômenos da dinâmica recente do movimento do capital no espaço já destacados.

Por outro lado, a tabela 2 traz informações sobre as regiões de origem deste fluxo migratório para os anos estudados, ou seja, como se distribuem espacialmente os emigrantes no Brasil.

**Tabela 2- Região administrativa de origem de emigrantes\* no Brasil (em %)**

	1996	2002	2009
Sul	14,9	15,1	15,0
Sudeste	30,5	28,6	27,9
Norte	2,8	3,5	4,4
Nordeste	43,8	45,7	45,2
Centro-Oeste	4,2	4,4	5,1
Total	96,2	97,3	97,6

Fonte: microdados da PNAD. Nossa elaboração. \*Apenas as pessoas de referência e seus cônjuges.

Neste aspecto, o Nordeste continua sendo o maior exportador de força de trabalho do país, com aproximadamente 45% em média da proporção de emigrantes, apesar de já apresentar uma pequena queda entre os anos de 2002 e 2009. Este fato é coerente com a análise anterior do desenvolvimento e deslocamento de atividades produtivas para a região, não somente atraindo fluxos de imigrantes, como também reduzindo os de emigrantes. É seguido do Sudeste, que, no entanto, apresentou redução em todo o período, assim como nos sub-períodos. Esta diminuição foi puxada pelo estado de Minas Gerais que, como pode ser visto em nível desagregado na Tabela 3, concentrou nestes anos, respectivamente, 18,7%, 16,7% e 15,7% dos emigrantes de todo o país, sendo também perceptível a mesma tendência decrescente.

Este movimento em Minas Gerais associa-se ainda ao crescimento no número de imigrantes para este estado, de 3,6% do total de imigrantes brasileiros em 1996, para 4,3% em 2002 e 4,5% em 2009 apoiando as possibilidades do debate exposto, de que novos espaços de acumulação estão surgindo em determinadas áreas do estado mineiro criando os mesmos efeitos positivos e negativos sobre os fluxos de trabalhadores. Quando desagregamos para o nível estadual, este re-fluxo migratório, verificado também para o Espírito Santo, foi suficiente para sobrepor a contra-tendência de queda no Rio de Janeiro e em São Paulo. Este último estado, representando os significativos 6,9%, 7,1% e 7,3% dos emigrantes brasileiros, nos respectivos anos, reforça a análise de Cunha e Dedecca (2000) para a região metropolitana de São Paulo.



**Tabela 3- Imigrantes\* e emigrantes\* por unidade da federação (em %)**

Unidades da Federação	Imigrantes			Emigrantes		
	1996	2002	2009	1996	2002	2009
RO	1,9	1,8	2,5	0,07	0,1	0,2
AC	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
AM	0,8	1,1	1,5	0,4	0,4	0,5
RR	0,3	0,4	0,6	0,02	0,03	0,05
PA	1,9	3,1	4,4	1,3	1,7	2,1
AP	0,3	0,4	0,4	0,07	0,06	0,1
TO	1,3	1,3	1,3	0,6	0,8	1,0
MA	2,0	2,2	1,8	2,8	4,1	5,3
PI	0,8	0,7	0,8	2,7	3,6	3,5
CE	0,9	1,0	1,2	6,3	6	5,9
RN	0,7	0,8	0,8	2,2	2	1,7
PB	0,7	0,7	0,7	5,4	5,2	4,7
PE	1,7	2,0	1,7	8,5	8,4	7,8
AL	0,7	0,6	0,7	3	3	2,9
SE	0,5	0,6	0,6	1,7	1,5	1,4
BA	2,5	2,7	2,9	10,8	11,5	11,7
MG	3,6	4,3	4,5	18,7	16,7	15,7
ES	1,8	2,1	2,1	2,4	2	2,0
RJ	12,1	10,2	8,7	2,5	2,6	2,7
SP	36,0	35,4	33,9	6,9	7,1	7,3
PR	9,0	7,3	6,5	7,4	8,5	8,5
SC	2,5	2,9	3,4	2,8	2,7	2,5
RS	1,2	1,3	1,3	4,6	3,8	3,8
MS	2,5	2,5	2,4	0,8	0,9	1,0
MT	4,6	4,1	4,2	0,5	0,6	0,8
GO	4,2	5,0	5,3	2,5	2,3	2,5
DF	3,8	4,1	4,3	0,2	0,5	0,7
País estrangeiro	-	-	-	3,5	2,5	2,1

Fonte: microdados da PNAD. Nossa elaboração. \*Apenas as pessoas de referência e seus cônjuges.

O Sul também apresentou quantidades expressivas de emigrantes, seguido pelo Centro-Oeste e o Norte nesta ordem, cujas tendências se apresentam crescentes em todo o período. Nestas regiões, no entanto, as migrações intra-regionais, ou seja, entre estados da mesma região administrativa, continuam sendo predominantes, totalizando proporcionalmente aos emigrantes da região para o Sul, 42,1%, 39,6% e 40,2%, respectivamente para 1996, 2002 e 2009, para o Centro-Oeste nos mesmos anos, 44,1%, 40,1% e 39,3%, e para o Norte, 50,1%, 50,3% e 53,5% dos emigrantes destas regiões. Assim também se apresenta para o Sudeste que reteve nestes anos, em outros estados da própria região, 58,4%, 57% e 54,6% de seus emigrantes estaduais. A exceção é o Nordeste, que continua predominantemente exportando força de trabalho para as outras regiões, principalmente para o Sudeste, com a proporção de

58,4%, 57,6% e 55% de emigrantes residentes no sudeste em 1996, 2002 e 2009. Vale observar o movimento de queda nesta relação, com concomitante aumento nas proporções de emigrantes que residem no Centro-Oeste, de 11,1%, 11,9% e 13,2%, respectivamente, e no Norte, de 6,9%, 8,5% e 11,7%, evidenciando a intensificação no movimento de expansão da agroindústria capitalista nestas regiões. Finalmente, é de se destacar que as duas regiões em conjunto, Nordeste e Sudeste, totalizam aproximadamente 74% em média para todos os anos, sendo 73,1% para 2009, dos emigrantes brasileiros.

Na Tabela 3 também é possível perceber este movimento combinado de queda na imigração e aumento na emigração para os estados que tradicionalmente exercem forças de atração de trabalhadores, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. O Rio de Janeiro em particular, saiu de uma concentração de 38%, em média, entre os anos de 1940 e 1960, para 8,7% dos imigrantes em 2009. Esta discrepância pode ser considerada razoável, mesmo considerando a distinção entre as bases de dados usadas. O contrário também pode ser verificado nos estados que historicamente foram os maiores exportadores de trabalhadores com destaque para Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; de fato, refletem as alterações nos fluxos migratórios que já podem ser percebidas, em certa medida, nas variações dos respectivos estoques. A Bahia foge a esta regra, no entanto a participação conjunta de Minas Gerais e da região Nordeste no número de emigrantes saiu da média de 70% na década de 1950, conforme Brito (2000), para os 60,6% calculados para o ano de 2009, de acordo com os dados da Tabela 3. Para outros estados das regiões Norte, com destaque ao Pará, além de Goiânia e o Distrito Federal no Centro-Oeste, observou-se o aumento em ambos os estoques, apesar deste ser decrescente na proporção de emigrantes. Estas observações corroboram com a perspectiva da crítica da economia política proposta, que coloca como central a relação dialética entre capital-trabalho na busca de novas formas de acumulação, de novos mecanismos de geração de riqueza, ora explorando as condições naturais fornecidas pelos estados e/ou regiões, ora se aproveitando de novas fronteiras de acumulação, numa constante dinâmica migratória regional.

Sugere, também, a possibilidade de um processo de descentralização espacial da atividade produtiva e o concomitante deslocamento incessante da força de trabalho que precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, provocando um efeito de desconcentração regional que, como já destacado, não implica dizer redução das desigualdades regionais. Pelo contrário, é justamente explorando estas desigualdades que o capital decide se deslocar, provocando esta contra-tendência ao estímulo migratório para as grandes metrópoles, na perspectiva de ampliar suas taxas de lucro. Ao mesmo tempo, a menor

atratividade das grandes metrópoles pode refletir, como apontado, seus desajustes sócio-econômicos.

#### *Aspectos sócio-econômicos*

As informações elaboradas na Tabela 4 mostram em quais setores da atividade econômica os migrantes brasileiros estudados estavam trabalhando ao longo das últimas décadas. Em primeiro lugar, destacamos que as atividades domésticas apresentaram um crescimento expressivo de 4,9% em 1996 para 10,7% em 2009. A maior parte deste trabalho é executada por mulheres, o que é acompanhado pelo aumento da participação de mulheres entre estes migrantes (de 52% em 1996 para aproximadamente 54% em 2009), evidenciando que as alterações nos fluxos também se diferenciam por sexo. Expressam um tipo de ocupação normalmente com baixos salários (rendimentos de R\$ 484,50 na média para 2009) e com pouca qualificação profissional. A média de anos de estudos dos migrantes brasileiros apesar de crescente foi de apenas 5,1 anos em 1996, 5,8 anos em 2002 e 6,8 anos em 2009, muito baixa para se integrar a uma força de trabalho qualificada.

Outro destaque foi a tendência de redução relativa dos migrantes no setor Agrícola, mas que ainda assim manteve um percentual importante no somatório geral das atividades, média de 13%, apresentando uma renda média também relativamente baixa em comparação com os outros setores de atividade de R\$ 633,40 em 2009. Se, por um lado, a dinâmica da expansão da fronteira agrícola pode estar contribuindo para o dinamismo de certos espaços de acumulação no interior do país, por outro, o processo de reestruturação produtiva e a intensificação da maquinaria na agropecuária pode, ao mesmo tempo, estar contribuindo para diminuir a participação dos migrantes brasileiros neste tipo de atividade econômica. Essas indicações também valem para o setor Outras atividades industriais que reduziu substancialmente seu percentual ao longo dos anos.

**Tabela 4- Migrantes\* por atividade econômica (em %)**

	1996	2002	2009
Agrícola	16,3	13,3	12,6
Outras atividades industriais	13,5	0,7	0,6
Indústria de transformação	8,5	14,3	14,9
Construção	1,1	9,5	9,1
Comércio e reparação	13,8	17,2	16,8
Alojamento e alimentação	23,4	5,0	5,0
Transporte, armazenagem e comunicação	2,8	5,4	5,0
Administração pública	4,6	4,8	4,8
Educação, saúde e serviços sociais	8,5	7,8	8,0
Serviços domésticos	4,9	9,3	10,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,0	4,6	4,2
Outras atividades		7,4	7,6
Atividades mal definidas		0,1	0,0
Total	99,4	99,4	99,3

Fonte: microdados da PNAD. Nossa elaboração. \*Apenas as pessoas de referência e seus cônjuges.

Paralelamente, a Indústria de Transformação, setor cuja renda média de 2009 se eleva para R\$ 1201,10, não só manteve sua importância relativa na oferta de trabalho para os migrantes como a aumentou de 8,5% em 1996 para 14,9% em 2009, provavelmente estimulada pelos pequenos e instáveis picos de crescimento econômico dos últimos anos que afetaram positivamente o mercado de trabalho brasileiro. Esse crescimento, em boa parte estimulado pela maior facilidade de acesso ao sistema de crédito, pode ser verificado mais seguramente no setor da Construção, que participou de maneira expressiva na oferta de postos de trabalho para a população migrante: no ano de 2009, 9,1% dos migrantes estavam trabalhando nesta atividade econômica, enquanto em 1996 era de apenas 1,1%. Deve-se destacar que ao cruzarmos as informações por regiões administrativas, percebemos que a participação dos migrantes neste setor cresceu em todas as regiões administrativas do país. O setor de Comércio e reparações, que sempre apresentou um dos maiores espaços de absorção dos trabalhadores migrantes, manteve sua participação elevada, demonstrando que essa população ainda ocupa os setores que em sua maioria também se associa a baixas remunerações e pouca qualificação.

Apesar de os microdados da PNAD e as informações da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), também do IBGE, apresentarem metodologias diferenciadas e, portanto, não podendo ser comparadas, as usaremos aqui apenas com a intenção de indicar se existe ou não certa homogeneidade em termos do grau de formalidade e informalidade dos trabalhadores migrantes e dos demais constantes na PME. Trataremos aqui a informalidade a partir da análise contratual, mesmo sabendo dos limites dessas avaliações. Nesse sentido,

consideramos trabalho informal aquele empregado sem carteira de trabalho assinada mais os trabalhadores por conta própria. Os dados da PME-IBGE para o ano de 2009, adquiridos no Sistema SIDRA, indicam que 37,7% dos trabalhadores brasileiros pesquisados desempenharam uma atividade informal, enquanto que as pessoas de referência e cônjuges migrantes que ocupavam este tipo de atividade pelas PNAD no mesmo ano destacadas totalizavam expressivos 42,3%, portanto 4,6 pontos percentuais a mais, conforme Tabela 5. Tais migrantes em trabalhos informais auferiam os menores rendimentos médios, de R\$ 756,21 para os empregados sem carteira de trabalho, e R\$ 981,35 para os trabalhadores por conta própria.

Deve-se destacar também que houve um aumento no total de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada entre 1996 e 2002, e logo após uma redução de 1,8 ponto percentual entre os anos 2002 e 2009. Essa pequena redução associa-se, sobretudo, ao aumento geral no grau de formalização dos postos de trabalho na economia brasileira no decorrer dos últimos anos, confirmado também quando notamos que a formalidade saiu de 34,7% em 1996 para 40,2% em 2009. Ao cruzarmos as variáveis migrantes empregados com carteira de trabalho por setor da atividade econômica, notamos que os setores mais ocupados foram os da Indústria de transformação (23,1% em 2009) e Comércio e reparação (16,9% em 2009). Essas informações corroboram nossas indicações anteriores de que a dinâmica natural da acumulação capitalista impõe e interfere diretamente não só no fluxo migratório entre as regiões do país, mas, também, no tipo de ocupação desempenhado pelo trabalhador migrante no mercado de trabalho brasileiro, já que parte deles continua em setores tradicionais da atividade econômica.

**Tabela 5- Migrantes\* por posição na ocupação (em %)**

	1996	2002	2009
Empregado com carteira trabalho assinada	34,7	34,9	40,2
Funcionários públicos e militares	7,0	6,4	6,7
Empregado sem carteira trabalho assinada	18,9	21,1	19,3
Conta própria	26,8	25,9	23,0
Empregadores	5,2	5,6	5,4
Não remunerado	3,2	2,7	2,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,4	0,2	2,9
Trabalhador na produção para o próprio uso	3,4	2,8	0,01
Total	99,6	99,6	99,6

Fonte: microdados da PNAD. Nossa elaboração. \*Apenas as pessoas de referência e seus cônjuges.

O trabalho por conta própria, tradicional núcleo da informalidade, apresentou redução ao longo dos anos, mas, mesmo assim, manteve-se com participação elevada e próxima a 25%

a.a., em média. Finalmente, as informações relacionadas à ocupação dos trabalhadores migrantes nos indicam que a informalidade também aparece de maneira expressiva na relação de trabalho desses indivíduos, o que nos sugere que boa parte dos mesmos está descoberta do sistema de proteção social no país propondo, neste sentido, uma inserção ocupacional precarizada no mercado de trabalho.

Quando cruzamos as informações do trabalho dos migrantes por posição na ocupação e região administrativa, notamos que a maior parte do assalariamento, representando relações capitalistas formalizadas pelo contrato de trabalho, localiza-se exatamente nas regiões que apresentaram uma formação histórica mais desenvolvida sob o ponto de vista do capital. São elas as regiões Sul e Sudeste. Senão vejamos na Tabela 6.

**Tabela 6- Migrantes\* em três posições na ocupação, por região (em %)**

		1996	2002	2009
Empregado com carteira trabalho assinada				
	S	28,2	33,5	41,8
	SE	44,9	42,9	49,6
	N	21,4	20,5	22,0
	NE	18,4	19,9	25,8
	CO	26,2	30,1	35,5
Empregado sem carteira trabalho assinada				
	S	15,8	16,5	13,6
	SE	18,3	20,4	18,8
	N	23,0	25,3	21,7
	NE	18,4	23,6	21,8
	CO	22,0	22,8	21,0
Conta própria				
	S	29,9	25,3	22,3
	SE	23,8	24,0	20,6
	N	28,7	30,5	29,1
	NE	38,2	33,8	28,5
	CO	24,4	23,9	21,8

Fonte: microdados da PNAD. Nossa elaboração. \*Pessoas de referência e cônjuges.

O percentual de migrantes que trabalhou em ocupações formais na região Sul do país aumentou de 28,2% em 1996 para 41,8% em 2009; na região Sudeste, houve uma diminuição entre 1996 e 2002, mas com aumento novamente em 2009, totalizando uma média de 45% a.a. Destaca-se também o aumento na região Nordeste (de 18,4% para 25,8%) e Centro-Oeste (26,2% para 35,5%), mas com percentuais menores que as duas regiões anteriores. Nesse sentido, as relações contratuais formais e a possibilidade de inserção ocupacional dos migrantes em atividades que lhe forneçam os benefícios de uma formalização, encontram-se, como era de se esperar, nos espaços capitalistas de produção que têm uma trajetória de

acumulação mais consolidada. Inversamente, as ocupações informais dos trabalhadores migrantes, tanto para os empregados sem carteira de trabalho quanto para os que trabalham por conta própria, indicam um maior percentual nas regiões onde o capitalismo se encontra em estágio mais atrasado de desenvolvimento das forças produtivas, o Nordeste e o Norte. No Nordeste e no Norte o grau de informalidade (assalariado sem carteira de trabalho + conta própria) em 2009 foi de 50,3% e 50,8%, respectivamente.

Aprofundando a análise com relação aos indicadores de precarização, quanto às horas de trabalho, percebe-se que a média trabalhada por semana pelos trabalhadores ocupados no país divulgada pela PME-IBGE foi de 41,8 horas em 2009; já a média de horas de trabalho dos migrantes brasileiros que era de 43,7 horas em 1996, foi de 41,1 horas em 2009, não muito diferente, portanto, da pesquisa anterior. Quanto à média de anos no trabalho principal dos migrantes analisados, percebe-se uma menor rotatividade entre os anos de 1996 a 2002, quando a média geral foi de 4,5 e 7,6 anos, respectivamente. Não se constatou variações significativas quando observadas as regiões administrativas, pois, em 2009, a região Nordeste apresentou a maior média, 10,3 anos, seguida das regiões Sul e Norte, ambas com 8,9 anos. Por setor da atividade econômica, a surpresa ficou por conta do setor da atividade Agrícola que apresentou as maiores médias de anos em todos os três anos estudados: 12,7, 12,0 e 12,7 anos.

Outra importante constatação foi a tendência de redução substancial no número de anos no trabalho dos migrantes ocupados nos Serviços domésticos que diminuiu de 10,4 anos em 1996 para apenas 5,2 anos em 2009. Por outro lado, o setor da Administração pública aumentou a sua média (de 7,2 anos em 1996 para 11,7 anos em 2009) e a Indústria de transformação e Comércio e reparação não sofreram fortes alterações com 7,5 e 7,1 anos, respectivamente. Finalmente, por posição na ocupação, alguns resultados chamaram a atenção: a média de anos no trabalho principal para os migrantes com carteira de trabalho assinada foi de apenas 5,8 anos em 1996, 5,5 anos em 2002 e 5,7 anos em 2009. Para os migrantes que estavam ocupados em atividades informais, notaram-se duas situações: para os empregados sem carteira de trabalho assinada, o tempo médio também foi pequeno: 4,4, 4,3 e 5,2 anos, para os respectivos anos. Já para os migrantes por conta própria, o tempo médio de anos no trabalho principal foi maior, qual seja: 11,1, 10,4 e 11,5 anos, respectivamente.

Algumas informações sobre os migrantes desocupados mostram que, em 2009, 87,8% deles não trabalharam nos 358 dias anteriores à pesquisa, revelando dificuldade de reinserção no mercado de trabalho. As taxas de desemprego aberto entre estes trabalhadores variaram de uma tendência crescente entre 1996 e 2002, de 3,9% para 5,5%, decrescendo entre 2002 e

2009 para 3,7%, sendo maior entre as mulheres (6,8% em 2009) que para os homens (1,1%), revelando a condição de desvantagem daquelas na relação de exploração do capital sobre o trabalho.

### **Considerações finais**

O processo de acumulação capitalista depende e pressupõe da existência de um exército industrial de reserva e de um exército industrial ativo, este último caracterizado pelos trabalhadores informais que fazem parte da estrutura do mercado de trabalho posto à disposição do capital. Nesse ínterim, o fluxo migratório também compõe o quadro necessário e disponível para atender as demandas do ciclo capitalista, tanto na produção quanto na circulação.

A dinâmica espacial e sua relação com o trabalho dos migrantes provocam um constante e incessante movimento do capital e da própria força de trabalho via deslocamento das unidades produtivas, atraídas muitas vezes pelas condições naturais de uma região e/ou por incentivos institucionais, gerando efeitos multiplicadores em outros setores da atividade econômica. O processo de desterritorialização do capital interfere, portanto, na mobilidade do trabalho dos migrantes.

Na divisão territorial do trabalho, que disso se origina, surgem historicamente as desigualdades espaciais com crescimento e concentração da riqueza em algumas regiões e a pobreza e estagnação em outras. Esse foi o “modelo” regional e urbano constituído no Brasil, onde a mobilidade do trabalho, comandada pelo capital, reproduz as desigualdades locais, levando ao deslocamento “forçado” dos trabalhadores na busca de espaços de sobrevivência.

Naturalmente, esse processo de migração, que acompanha a própria dinâmica capitalista e a nova divisão territorial do trabalho, também sofreu transformações ao longo de sua história, a partir das mudanças na geração de postos de trabalho, na segmentação regional e setorial do mercado de trabalho, além dos aspectos de discriminação, como os associados ao gênero, ressaltados neste artigo. Sustentamos aqui a idéia de que o deslocamento dos migrantes brasileiros entre as regiões do país depende desse movimento do capital na busca de novos espaços de reprodução. Mais: que as indicações atuais de refluxo do movimento migratório para determinadas regiões mais desenvolvidas como o estado de São Paulo e a fixação dos mesmos nas regiões consideradas tradicionais ofertantes de força de trabalho, como Minas Gerais e o Nordeste, podem ser transitórias ou não, tudo depende da viabilidade desses espaços de acumulação.



Neste sentido, concordamos parcialmente com Brito (2000: 40) quando afirma que o fluxo migratório para São Paulo ou outro grande centro urbano e regiões de fronteira agrícola “serão cada vez menores”. A nosso ver, a continuidade desta tendência migratória, apesar de ter sido visualizada nos dados explorados, dependerá dos novos espaços de acumulação e das condições de infra-estrutura existentes em cada região, independente se é um espaço metropolitano ou não.

As observações mostradas ao longo do texto realmente indicam uma tendência de retorno dos migrantes para sua região de origem e a redução parcial para os grandes centros urbanos como marcas atuais do processo migratório no país. Mas a continuidade desta dinâmica está atrelada ao crescimento econômico nacional, a decisão de expansão e/ou reorganização do grande capital, que normalmente tem suas matrizes instaladas nas grandes regiões metropolitanas do país, e às suas estratégias competitivas.

É de se destacar que, apesar de não fazer parte da natureza de investigação deste trabalho, existem determinadas regiões do país que obtiveram certo dinamismo econômico, mesmo que desordenado do ponto de vista dos efeitos distributivos e ambientais, a partir do crescimento de pequenas e médias empresas. São regiões que normalmente apresentam abundância de recursos naturais e matéria-prima, bem como firmas aglomeradas em torno de um espaço localizado. Adicionalmente, prevalecem os baixos salários, relações de trabalho precarizadas e uma diversidade de tipologias quanto à proximidade ou não com grandes empresas. Esses espaços são determinados pelas possibilidades existentes de acumulação, estimulando, portanto, um processo migratório para a localidade.

O fato é que o fluxo migratório se ajustará e se consolidará no tempo e no espaço de acordo com a dinâmica produtiva, dinâmica esta que caracteriza os setores da atividade econômica. Em uma economia como a brasileira onde as características dos migrantes são determinadas por altas taxas de informalidade, poucos anos de estudo, pobreza e exclusão advindas das próprias desigualdades regionais historicamente constituídas no país, o que se visualiza é, de forma geral, uma inserção precarizada do migrante no mercado de trabalho nacional.

Resta, no entanto, pesquisar com mais detalhes como o processo de reestruturação produtiva atual vem alterando as formas de inserção dos trabalhadores migrantes na produção de mercadorias. Para isso, o aprofundamento do recorte regional, na perspectiva do sexo e da cor desta população, e investigações diretas a partir de visitas e entrevistas no local de empresas que se deslocaram e que adotaram políticas de reestruturação produtiva são formas de melhor captar esses movimentos. Feito isso, as relações migração x trabalho ficarão ainda

mais perceptíveis, podendo ser possíveis desdobramentos de nosso “segundo olhar” sobre a migração no Brasil.

### Referências bibliográficas

ALFREDO, Anselmo. Entrevista ao Jornal do Campus, setembro 2010. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Anselmo/Graduacao/2010/entrevista\\_migracao.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Anselmo/Graduacao/2010/entrevista_migracao.pdf)

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambú, 2008. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1254.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1254.pdf)

BARCELLOS, Tanya M. de. Migrações internas: conceitos básicos frente à realidade da última década. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (16) 1: 296-309, 1995.

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações*, Cedeplar/UFMG, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>

\_\_\_\_\_. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, Caxambú, 2000.

Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20S%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>

CARVALHO, José Alberto M. de. e BRITO, Fausto. “As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes”. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 2006.

Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_583.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_583.pdf)

CUNHA, José Marcos Pinto da. e DEDECCA, Cláudio S. Migração e trabalho na região metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 17, n. I/2, jan./dez. 2000.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, caps. II e V, 2005.

LEMO, Mauricio Borges. *Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia*. Tese de doutoramento, UNICAMP, 1988.

MARANDOLA, Jr. e DAL GALLO, Priscila M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 27, nº 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas, livro I, tomo 2, 1984.

MUNIZ, Jerônimo O. Um ensaio sobre as causas e características da migração. *Mimeo*, 2002. Disponível em: [http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio\\_migracao.pdf](http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf)

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 10ª ed., p. 29-60, 1985.